

# RECURSO ORDINÁRIO TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
REGIÃO

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

RECORRENTE: \_\_\_\_\_

RECORRIDO: \_\_\_\_\_

COLENDAS TURMAS,

O RECORRENTE, por seu advogado que esta subscreve, inconformado com a r. sentença/decisão proferida nos autos do processo em epígrafe, vem, tempestivamente, interpor o presente RECURSO ORDINÁRIO, com fundamento no artigo 895, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelas razões a seguir expostas.

## I – BREVE SÍNTESE DOS FATOS

O Recorrente foi contratado pela Recorrida em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, para exercer a função de \_\_\_\_\_, sendo dispensado sem justa causa em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ . Durante o contrato, houve diversas irregularidades trabalhistas que ensejam a reforma da decisão de primeiro grau.

## II – DAS RAZÕES DO RECURSO

### 1. DA JORNADA DE TRABALHO E HORAS EXTRAS

O Recorrente realizava jornada extraordinária habitual, não remunerada corretamente, conforme demonstram os controles de ponto e testemunhas arroladas. Assim, requer o pagamento das horas extras com adicional legal e reflexos em férias, 13º salário, FGTS e demais verbas.

### 2. DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Houve incorreta quitação das verbas rescisórias, notadamente quanto ao aviso prévio indenizado, saldo de salário, férias proporcionais acrescidas de 1/3 e 13º salário proporcional, que devem ser recalculados e pagos.

### 3. DO FGTS E MULTAS LEGAIS

O FGTS não foi recolhido corretamente durante todo o contrato, inclusive a multa de 40% sobre os depósitos deve ser recolhida. Ademais, requer a aplicação das multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT, diante do descumprimento das obrigações trabalhistas.

### 4. DO DANOS MORAIS

O Recorrente sofreu tratamento discriminatório e assédio moral no ambiente de trabalho, fato

que deve ser reconhecido e reparado com indenização adequada.

### III – DOS PEDIDOS

**Ante o exposto, requer o conhecimento e provimento deste recurso para que seja reformada a sentença/decisão recorrida, com a condenação da Recorrida ao pagamento das verbas trabalhistas devidas, incluindo, mas não se limitando a:**

- Horas extras e reflexos;
- Verbas rescisórias corretas;
- FGTS e multa de 40%;
- Multas legais dos arts. 467 e 477 da CLT;
- Indenização por danos morais;
- Honorários advocatícios conforme art. 791-A da CLT;
- Juros e correção monetária na forma da lei;
- Concessão dos benefícios da justiça gratuita, caso necessário.

### IV – DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente prova documental, testemunhal e pericial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)

OAB/\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://documentos-br.com/rt/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-br.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.